

Infraestrutura deficiente dificulta trabalho em Promotorias da RMS

É num espaço de pouco mais de 10 metros quadrados que a 5ª Promotoria de Justiça, em Lauro de Freitas, acolhe prefeitos e gestores públicos para tratar de processos por improbidade administrativa. A sala fica no andar térreo do Fórum Desembargador João Mendes da Silva, administrado pelo Tribunal de Justiça (TJ-BA).

O tamanho do ambiente, porém, não seria empecilho caso o banheiro não estivesse interditado e a disputa entre dois servidores por um único computador não chamassem a atenção de quem está no recinto. O revezamento só não acontece nos dias em que um notebook institucional está à disposição. “Mas não é nosso”, explica um dos servidores.

A usuária do equipamento em questão é a promotora Patrícia Peixoto de Mattos, que confirma o rodízio. “Quando não uso, empresto para algum deles.”

Lacrado numa caixa de papelão, um computador recém-chegado atenderia a essa necessidade não fosse a falta de um ponto de internet. “Isso foi até solicitado, mas depende do Tribunal de Justiça, que é dono do espaço, liberar”, afirma a promotora.

Segundo ela, os problemas começaram há cerca de dois anos, com uma mudança imposta pelo TJ. “Funcionávamos em uma sala maior. Mas o Tribunal pediu de volta para abrigar onde hoje é o protocolo”, diz Patrícia.

Apesar de algumas necessidades pontuais,

ela afirma, entretanto, que o grande problema da 5ª Promotoria de Justiça diz respeito ao espaço físico insuficiente. “Material, servidores e estagiários nós temos. Faço reuniões aqui, as pessoas têm de ficar em pé. Não queremos um palacete, mas uma estrutura adequada para recebê-las”, assinala a promotora.

“Tentamos ir para um imóvel maior, mas ainda não conseguimos porque não houve aprovação da Procuradoria Geral de Justiça”, reitera Patrícia.

Deficiências da mesma natureza também afetam a Promotoria Regional de Camaçari. Concebido para abrigar seis promotorias de Justiça, o espaço já não comporta sua demanda uma vez que esse número praticamente dobrou. Áreas destinadas à cozinha e copa, por exemplo, deram lugar a salas improvisadas, cuja infraestrutura está comprometida por infiltrações e mofo.

“Nosso maior problema é a superlotação. Temos dez promotorias numa estrutura de aproximadamente dez anos atrás, projetada para quatro ou cinco promotorias. Salas pequenas, para atendimento e manter arquivos. As partes elétrica e hidráulica não suportam nenhuma instalação, visto que se trata de um prédio velho, que precisa de uma manutenção efetiva”, enumera Everardo José Yunes Pinheiro, titular da 6ª Promotoria Criminal, que funciona no mesmo espaço.

CAMAÇARI



Estrutura elétrica e hidráulica estão comprometidas



Terreno pode abrigar sede própria em Camaçari



Salas com mofo e umidade fazem parte do cenário



Espaço físico dificulta atendimento à população

LAURO DE FREITAS



Em Lauro de Freitas, pontos de internet são insuficientes. Computador que poderia melhorar o trabalho ainda está na caixa pela falta de pontos.



Fiação exposta chama a atenção em promotoria regional



Banheiro interditado é um dos problemas do local

Leia também
nesta edição...

• Ampeb promove encontro
com candidatas a governador
(págs 2 de 3)

• Bahia com 200
promotorias vagas
(pág.4)

Atuação do Ministério Público entra na pauta das eleições 2014

Ampeb promove encontros com candidatos sobre temas ligados à instituição e a atuação de seus membros

	SEGURANÇA PÚBLICA	ORÇAMENTO E FINANÇAS	SAÚDE	MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO	POLÍTICAS PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
 Rogério Tadeu Da Luz	Segurança se começa com educação. Creches, escolas com tempo integral para as crianças e educação de qualidade. Temos que valorizar os policiais, tanto os civis quanto os militares, e eles que devem escolher os líderes das corporações, através de lista tríplice.	Vamos reduzir de 32 para 10 secretarias e eliminar todos os cargos que são de indicação política. E valorizar o funcionário público para que ele possa ter plano de carreira e ascender ao topo da sua função.	Os hospitais precisam funcionar. O médico está ganhando R\$2,85 por consulta. Fica difícil atrair profissionais para o sistema público. Vamos fazer um cartão de saúde da família que vai dar acesso a hospitais, laboratórios e clínicas particulares. O Estado vai firmar o convênio enquanto recupera a rede pública. E construiremos mais oito hospitais na Bahia, descentralizando o atendimento da capital, tendo opções de atendimento nos municípios. Precisamos regionalizar a saúde.	Fazer a recuperação das matas ciliares e dos rios. Para não termos problemas de abastecimento futuro. Nós temos que primeiro manter o que tem hoje, preservar os ecossistemas existentes na Bahia, da Caatinga à Mata Atlântica, e recuperar os rios. A transposição do São Francisco é loucura. Nós temos que cuidar dos nossos rios.	A educação será a base do meu governo. Professores ganhando bem, valorizados, motivados. Temos que ter prédios de qualidade, escolas de qualidade, equipamentos de qualidade para colocar as crianças para estudar em tempo integral e creche para todas elas. O filho da pessoa que não tem condições tem que começar a estudar com dois anos, para sair desse ciclo crescente da violência.	A melhor política é o esporte. Na escola, nós temos que ter todo o tipo de esporte. Vamos reavivar os jogos de primavera, promover disputas, incentivar o atletismo. Vamos construir uma arena olímpica no Parque de Pituáçu. Esporte e Tempo Integral para dar oportunidade à juventude.	Construir penitenciárias através de parcerias público privada, com capacidade para 500 a 1000 detentos. Os presos vão trabalhar para sustentar suas famílias e também ter uma vida mais digna. O sistema penitenciário se transformou numa "faculdade de bandido".
 Lidice da Mata	É preciso mudar a política de segurança pública do Estado, não concentrar a política apenas no fortalecimento das condições de trabalho das polícias. É preciso construir uma política baseada na proteção do cidadão, na construção de uma forte rede de proteção social às populações vulneráveis.	Para governar bem é preciso definir prioridades. A minha é cuidar da vida das pessoas, portanto é tratar de saúde, educação e segurança pública em primeiro lugar. Eu não posso tratar de segurança pública sem buscar o apoio do Ministério Público, da Defensoria Pública. É preciso que haja um incremento da receita. E definir políticas de desenvolvimento que estimulem a cadeia produtiva para que possamos gerar mais riqueza.	Fazer primeiro o sistema de saúde funcionar. A partir daí dotar os nossos hospitais de equipamentos e interiorizar a rede hospitalar de atendimento à saúde de média e alta complexidade com a construção de novos hospitais regionais e a reforma e ampliação de outros.	Questão essencial do nosso programa de governo nacional. Políticas baseadas na sustentabilidade ambiental. Precisamos cuidar do semiárido com prioridade. Recomposição das plantas nativas, cuidar das nascentes nas bacias hidrográficas. Investir na reservação de água, em interligação de bacias hidrográficas.	Educação será prioridade, o eixo motor do meu governo. Voltar a atenção do Estado para o colégio, o ensino médio, e a implantação de uma forte rede de colégios de tempo integral. Fortalecer as universidades da Bahia e trazer novas universidades federais para dar sustentação a uma política de oportunidade para a juventude baiana de acesso ao ensino superior, mas investir no fortalecimento das nossas universidades estaduais.	Terei uma forte rede de sustentação social. Estarei estimulando, e em parceria com as prefeituras, o atendimento à infância, o acesso aos colégios municipais, às escolas municipais e às creches.	Nós temos que construir novos presídios, mas precisamos, principalmente, ter uma política nova de Justiça, que possamos implementar uma política de penas alternativas. Para tirar da cadeia aqueles que cometeram crimes de pouco impacto ofensivo e garantir que as vagas de presídio sejam especialmente para aqueles que cometeram crimes de alta ofensividade.
 Marcos Mendes	Tem de ser tratada pela ótica da política social. Na verdade o Estado não cumpre com o dever e a população não tem seu direito atendido. Fica mais fácil para as pessoas entrarem na criminalidade. Outro ponto é a valorização dos servidores. Nós somos a favor da PEC 300, que é salário igual para todo servidor e baseado no da polícia federal, e também, a PEC 51, da desmilitarização das polícias. Até hoje a polícia militar é regida pelo regime disciplinar do exército e nós queremos mudar esse quadro. Nós queremos uma polícia parceira, comunitária, cidadã, com controle popular, com ouvidoria externa, plano de carreira e carreira única.	Precisamos fazer uma auditoria pública e responsabilizar as pessoas que tiveram a responsabilidade por aumentar a dívida estatal. As grandes empresas continuam sonhando impostos e elas financiam grandes campanhas. Vamos fazer essa auditoria e verdadeiramente, nós vamos ter orçamento. Como nós não recebemos financiamentos privados de campanha, não são essas empresas que vão comandar.	Temos hoje o modelo privatista. Nós temos um SUS que é um programa maravilhoso, mas desde 1997, entramos num processo de privatização. Hoje os hospitais construídos já iniciam privatizados, são empresas que administram. Vamos acabar com a privatização, queremos uma carreira do Estado para todos os profissionais da área de saúde. Nós vamos fazer um concurso público, um plano de carreira para profissionais da área de saúde e fazer com que o SUS seja de qualidade. Hoje quem lucra são as empresas médicas, as indústrias farmacêuticas e os planos de saúde. No nosso governo quem vai verdadeiramente lucrar com isto é a população.	A questão central de nossa campanha. Sou ambientalista, participo do Conselho Estadual de Entidade Sócio-Ambientalista. Vamos fortalecer, através de concursos públicos, a área de fiscalização, e dar total autonomia. Precisamos ver três passivos ambientais terríveis: as questões do urânio do Caetité, do chumbo de Santo Amaro e do amianto lá de Bom Jesus da Serra. Vamos dar respaldo a essas famílias e fazer auditoria para que os verdadeiros responsáveis paguem pelos crimes que cometeram. Vamos ter uma grande parceria com o Ministério Público, que tem uma atuação formidável. Queremos um modelo totalmente independente.	Nossa proposta é fazer uma carreira de Estado para o professor. As universidades estaduais estão totalmente degradadas, sem investimento. Aumentar a receita líquida delas e quebrar com a lei 7176 que tira autonomia da universidade. Vamos dar autonomia pedagógica, financeira, administrativa a elas e investir na recuperação das escolas de famílias agrícolas, escolas de tempo integral. É um compromisso nosso também pagar a URV do servidor da área de educação, como todo o servidor como um todo.	O ECA não funciona verdadeiramente. Hoje nem as creches municipais funcionam. Vamos investir pesado em lazer, cultura, esporte. Vamos ter parcerias, como no trabalho social com o clube Ipiranga. O clube está completamente degradado, mas faz uma política social e envolve mais de 500 crianças da localidade. Vamos buscar essas parcerias, nas áreas suburbanas, nas periferias da cidade, para que esses jovens não sejam recrutados pelo tráfico.	Temos que rediscutir esse modelo de administração penitenciária. Queremos discutir penas alternativas. Vários presos já cumpriram suas penas, mas não tiveram os processos julgados. Precisamos rever isto também. Precisamos promover penitenciárias agrícolas. Temos de investir em políticas sociais e rever este sistema de encarceramento. São grandes escolas de crimes. Precisa trabalhar muito a inteligência. Nós somos completamente contra a redução da maioridade penal. Não é através dessa forma que vamos resolver o problema de violência do nosso Estado.
 Paulo Souto	A primeira coisa é reconquistar a relação de confiança com as polícias e aumentar o contingente. Integrar os trabalhos da polícia civil e da polícia militar, através de grupos especiais de força tarefa e, tanto quanto possível, contar também com o Ministério Público nesses grupos. É muito importante. Aumentar a nossa capacidade de inteligência, de tecnologia, recuperar a capacidade operacional das companhias especiais da polícia que nós criamos percebendo que haveria uma internização do crime.	Eu vejo com certa preocupação a questão do equilíbrio econômico financeiro do Estado. É muito preocupante, mas nós temos que enfrentar essa situação e eu estou esperançoso de que uma política efetiva de redução de despesas que são evitáveis possa nos ajudar a recuperar isso.	Estou assustado com o nível de problemas da a saúde vive na Bahia. É preciso colocar as unidades do Estado para funcionar, mas chamar as prefeituras para encontrar mecanismos para que os hospitais municipais voltem a funcionar, que as santas casas voltem a funcionar e que o Estado cumpra o seu papel, por exemplo, dispensando no momento exato aqueles medicamentos de alto custo. Tem a questão dos medicamentos básicos para as prefeituras. Como medida de prazo mais curto para a questão da desassistência, utilizar, se for necessário, a capacidade de instalar do setor privado, até que o Estado possa se expandir com a construção de novos hospitais regionais, qualificando mais essa regulação.	É preciso adotar políticas chamadas de nova geração de meio ambiente. Que sejam mais estimuladoras pras práticas corretas do que apenas medidas preventivas. A questão do crescimento sustentável é importante, mas há coisas fundamentais, do dia a dia. É preciso cuidar do saneamento básico, não apenas do sistema de esgotamento sanitário das cidades, mas da disposição dos resíduos sólidos. E cuidar da proteção, por exemplo, das nossas reservas, dos nossos rios. Fazer um programa de recuperação e restauração, por exemplo, da nossa vegetação de caatinga, mas é um programa tão importante, que é preciso de tanto recurso, que ele só será possível com a colaboração do governo federal.	Tem que se colocar o aluno como centro das atenções. Tudo tem que ser feito em função do aluno, porque é para isto que a escola foi feita. Mecanismos de avaliação, que ajudem também os professores transmitir melhor os conteúdos. A escola em tempo integral fazendo com que os jovens permaneçam mais tempo na escola, eles serão menos cooptados pelo crime organizado. Mas valorizar muito, capacitar muito os professores e tentar fazer da escola realmente um lugar atrativo.	É preciso coibir o trabalho infantil, investir em creches. Cuidar da qualidade do ensino, que considero fundamental pra que se tenha uma preparação melhor. É preciso ter programas educativos, por exemplo no tempo integral, na atividade complementar, cuidar de problemas como o tráfico de drogas do ponto de vista educativo, como o problema da gravidez precoce que ainda é uma coisa que afeta a vida de muitas jovens.	O Estado ficou praticamente sete anos sem ampliar a capacidade do nosso sistema prisional. Outro ponto é cuidar das questões relacionadas à ressocialização, com condições de educação, de trabalho, de assistência médica, mas também ter uma visão clara de que é absolutamente essencial um sistema que evite que o sistema penitenciário seja a origem de muita coisa relacionada ao crime organizado como infelizmente está acontecendo.

Faltam promotores no Estado

Concurso no MP será realizado após inúmeras cobranças da associação

BAHIA POSSUI UM DÉFICIT DE MAIS DE 200 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPALHADAS POR TODO ESTADO

Após reiteradas cobranças da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb) à Procuradoria-Geral de Justiça, foi publicado no dia 2 de setembro, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), o edital de concurso para provimento de vagas ao cargo de promotor substituto no Estado. De acordo com a publicação (Edital nº 146/2014), o concurso terá validade de dois anos e destina-se inicialmente ao provimento de 30 vagas, cujas provas devem ser realizadas em novembro.

Para o presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, a realização de concurso é de suma importância, porém a quantidade de vagas ainda é insuficiente para a demanda de trabalho no Estado. De acordo com informações colhidas pela Ampeb junto à Procuradoria-Geral de Justiça, até maio deste ano, 217 promotorias de Justiça estavam vagas, algumas há vários anos, a exemplo de Barreiras, Santa Maria da Vitória, Juazeiro e Jequié. Além da associação baiana, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) também constatou, segundo relatório de inspeção, a necessidade de providências diante do número de vagas em todo Estado.

“Mais de 200 promotorias de Justiça da Bahia estão vagas no interior, muito em decorrência da política recentemente implementada de criação

de novas e inúmeras vagas na segunda instância e na capital, sem adequado planejamento. Pelo interior afora há membros do MP tendo de cumular funções em comarcas diversas e, pior, em condições precárias de trabalho. As vagas disponibilizadas no edital são absolutamente insuficientes. A procuradoria-geral de Justiça precisa encontrar solução adequada para o problema, urgentemente”, pontua Cruz, reiterando que perderam-se mais de cinco meses desde a aprovação do regulamento pelo Conselho Superior do Ministério Público até a publicação do edital.

“Esperamos agora que o concurso transcorra não apenas com celeridade, mas, especialmente, com lisura e impessoalidade”, completa o presidente da associação.

Segundo explicou o presidente da entidade, é humanamente impossível um promotor de Justiça conseguir atuar adequadamente e atender às demandas da sociedade em duas ou três comarcas ou promotorias ao mesmo tempo. Essa situação vexatória compromete a imagem do MP nessas comarcas e ainda traz riscos aos promotores de Justiça que nelas atuam de responderem a processos disciplinares, sem que tenham culpa alguma.

DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL

O diálogo interinstitucional continua sendo uma marca da atual gestão da Ampeb. Vejam fotos de alguns eventos que contaram com a participação do presidente da associação, Alexandre Soares Cruz, nos últimos meses.



Durante o seminário “Problemas e soluções para o Judiciário baiano”, realizado pela Mesa Permanente de Articulações do Poder Judiciário, da qual a Ampeb faz parte, no auditório do TJ-BA



No lançamento oficial da “Campanha de Mobilização da Magistratura”, promovido pela Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), no Fórum Ruy Barbosa.

Seminário discute problemas e soluções para o Judiciário baiano

Problemas e soluções para o Judiciário baiano estiveram em pauta em Salvador no último dia 12 de setembro. O assunto foi pauta do seminário promovido pela Mesa Permanente de Articulações do Judiciário Estadual, no auditório do Tribunal de Justiça, no Centro Administrativo. A Ampeb é uma das instituições que compõem a Mesa Permanente, que se reúne periodicamente desde 2013 para discutir a temática.

Segundo o presidente da Ampeb, o seminário possibilitou conhecer melhor os problemas não apenas do Judiciário, mas do sistema de Justiça: “Os dados apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado chamaram bastante atenção. É preocupante saber que o TJ/BA vem ultrapassando, em exercícios seguidos, o limite prudencial de gastos com pessoal e que, de 2013 para 2014, o Ministério Público teve menor incremento orçamentário do que todas as demais instituições do sistema de Justiça e do que o Legislativo” e Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário da Bahia (Sintaj).

Entre os assuntos que foram debatidos no evento estiveram o “Orçamento do Judiciário”, a “Precarização do Serviço Público e Pessoal”, “Questões sobre o Processo Eletrônico” e “Problemas Constitucionais das Substituições no Ministério Público e no Judiciário”.

A Mesa Permanente de Articulações do Judiciário Estadual é composta pela OAB-BA, Associação do Ministério Público (Ampeb), Tribunal de Justiça (TJ/BA), Associação dos Magistrados (Amab), Ministério Público (MP/BA), Defensoria Pública (DPE/BA), Associação dos Defensores Públicos (Adep/BA), Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sinpojud) e Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário (Sintaj).

Ampeb apoia mobilização que visa melhorias no Judiciário baiano

A necessidade de melhorias no Judiciário baiano, perpassando, consequentemente, por melhores condições de trabalho para os juizes nas comarcas da capital e do interior do Estado é o mote do alerta dado pela Associação dos Magistrados da Bahia (Amab) por meio da “Campanha de Mobilização da Magistratura”, lançada no dia 8 de agosto, no Fórum Ruy Barbosa, em Salvador. A causa vem sendo abraçada não apenas pelos juizes, mas por diversos agentes que atuam no sistema de Justiça, como o caso da Ampeb. A união dos diversos atores da

área visa garantir uma Justiça mais eficaz para todos que dela dependem. Para o presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz, o grito de alerta que vem sendo dado por meio da campanha é uníssono de juizes, dos membros do MP, da OAB, da Defensoria Pública e de todas as carreiras que tentam realizar a Justiça no Estado da Bahia. “Os problemas enfrentados pelos juizes são graves e muito se assemelham aos vivenciados pelos membros do Ministério Público, como, por exemplo, a infraestrutura deficiente de trabalho e a defasagem do subsídio”, pontuou Cruz.

EXPEDIENTE

DIRETORIA

- **Presidente** - Alexandre Soares Cruz
- **Vice-Presidente** - Fernando Mário Lins Soares
- **Secretário-Geral** - Augusto César Carvalho de Matos
- **Diretor Administrativo** - Ricardo de Assis Andrade
- **Diretor Financeiro** - Tiago de Almeida Quadros
- **Diretora Sociocultural** - Silvana Brito Suarez
- **Diretor de Esportes** - Carlos Augusto Machado de Brito

- **Conselho Consultivo:** Olímpio Coelho Campinho Júnior, Roberto de Almeida Borges Gomes e José Gomes Brito
- **Suplente:** Maria Auxiliadora Kraychete

- **Conselho Fiscal:** Cristina Seixas Graça, Eny Magalhães Silva e Eliana Portela Bloizi
- **Suplentes:** Jandira Lima de Góes, Eduardo Antônio Bittencourt Filho e João Paulo Cardoso de Oliveira

- **Coordenação editorial:** Cannal Assessoria em Comunicação
- **Jornalista responsável:** Carla Ferreira DRT/BA 1894
- **Diagramação e arte-finalização:** Arnaldo Miranda/Gato de AP
- **Colaboração:** Deiseane Cunha e Alexandre Santos.
- **Fotografia:** Ascom/Ampeb
- **Impressão:** Presscolor • **Tiragem:** 1.000 exemplares